

FORMAS SIMBÓLICAS E ESPAÇO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

ROBERTO LOBATO CORRÊA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente texto procura apresentar algumas reflexões e exemplos a respeito das formas simbólicas, privilegiando a dimensão espacial que muitas delas apresentam. Trata-se de dar visibilidade a um importante aspecto da espacialidade da ação humana, que é marcada não apenas por uma perspectiva econômica, mas também por um simbolismo que marca e influencia as demais dimensões dessa espacialidade.

Este texto insere-se na perspectiva da geografia cultural que emerge a partir da metade da década de 1970, incorporando de modo crítico a tradição precedente, assim como outras tradições, o marxismo, as filosofias dos significados e as humanidades. Apresentaremos, primeiramente, um breve resumo sobre as formas simbólicas e sua espacialidade e em segundo lugar alguns exemplos, visando evidenciar a importância da temática em questão para a geografia.

Formas Simbólicas e Significados

As formas simbólicas são representações da realidade, resultantes do complexo processo pelo qual os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo cultural, conforme aponta Hall (1997). As formas simbólicas, materiais ou não, constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados. As formas simbólicas, no entanto, são sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, por uma polivalocidade. Há, segundo Hall (1997), três

* Trabalho apresentado na Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF-Niterói, em 19.03.2007.

grandes correntes que definem a natureza da interpretação dos signos. A mais importante para os propósitos deste trabalho é a corrente construcionista que considera que os significados são construídos a partir das experiências daqueles que interpretam as formas simbólicas. Esta corrente, originária com o lingüista Saussure, nega a corrente reflexiva, na qual as formas simbólicas já são portadoras de um dado significado. Nega também a corrente intencionalista, na qual as formas simbólicas expressam apenas as intenções daqueles que as conceberam. Na corrente reflexiva a interpretação é obtida diretamente da forma simbólica, enquanto que para a corrente centrada na intencionalidade é suficiente decodificar as intenções de seus autores. De acordo com a corrente construcionista, as formas simbólicas são marcadas pela instabilidade de significados, pela polivocalidade.

Em “Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte na Renascença”, Panofsky (2004) oferece um quadro de referência para a interpretação de formas simbólicas. Este não é o único quadro de referência, mas parece consistente com a idéia da instabilidade das interpretações sobre formas simbólicas espaciais, tendo sido já objeto de interesse, entre outros geógrafos, por Daniels e Cosgrove (1988) e Eyles e Peace (1990), os primeiros com uma coletânea de artigos e os outros dois com um estudo sobre signos e símbolos na cidade canadense de Hamilton.

A iconografia, segundo Panofsky, estuda os significados das obras de arte, que são construídos em três níveis. No primeiro verifica-se a identificação das formas puras, que são reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais. No segundo nível produzem-se significados secundários ou convencionais. Articulam-se motivos artísticos e suas combinações com temas e conceitos. Estabelecem-se imagens, histórias e alegorias. Este nível é denominado de iconográfico. O terceiro nível, finalmente, produz um significado profundo, intrínseco, no qual a forma é associada aos princípios “que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica” (PANOFSKY, 2004:52). Esse nível corresponde ao que Panofsky denomina iconologia, “um método interpretativo que está baseado em qualquer (...) método histórico, psicológico ou crítico...” (PANOFSKY, 2004:54). A iconografia/iconologia é, assim, um método aberto, construcionista.

Formas Simbólicas e Espacialidade

As formas simbólicas tornam-se formas simbólicas espaciais quando constituídas por fixos e fluxos, isto é, por localizações e itinerários,

apresentando, portanto, os atributos primeiros da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, obeliscos, estátuas, monumentos em geral, shopping centers, nomes de logradouros públicos, cidades e elementos da natureza, procissões, desfiles e paradas, entre outros, são exemplos correntes de formas simbólicas espaciais.

As relações entre formas simbólicas e espaço são complexas, caracterizando-se por serem de mão dupla. As formas simbólicas espaciais se realizam, enquanto tais, em grande parte, em razão da localização e itinerário que cada uma apresenta. Localizações e itinerários, por sua vez, são marcados pela presença de formas simbólicas. Assim, as formas simbólicas podem incorporar os atributos já conferidos aos lugares e itinerários, como estes podem, por outro lado, beneficiar-se ou não da presença de formas simbólicas.

É possível falar em política locacional das formas simbólicas, que deriva do desejo que elas cumpram eficientemente o papel que delas esperam aqueles que as conceberam. Esta política envolve as dimensões absoluta, relativa e relacional do espaço. Uma forma simbólica tem uma localização absoluta, um sítio onde ocorreu um dado evento considerado significativo ou que se deseja transformar em local de celebração, contestação ou memorialização, por apresentar um potencial positivo para este fim. As formas simbólicas, por outro lado, têm uma localização relativa, associada à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda a cidade ou espaço regional ou nacional. Esta acessibilidade é um dos meios mais importantes para que as formas simbólicas possam transmitir as mensagens que delas se espera. Finalmente, as formas simbólicas apresentam uma localização relacional, isto é, são localizadas em relação a outras formas simbólicas que denotam interesses divergentes: a localização delas enfatiza um conjunto de valores que é referenciado a um dado espaço, ao qual opõe-se outro espaço.

Há também uma política de escala, isto é, uma política na qual as dimensões das formas simbólicas são concebidas politicamente. Fala-se, em realidade, em dimensão absoluta e dimensão relacional. A primeira diz respeito ao fato da forma simbólica apresentar uma certa dimensão física, expressa em área, volume e altura, as quais associam-se à magnitude do evento ou personagem a ser celebrado, contestado ou memorializado, e aos recursos disponíveis. A dimensão relacional da escala das formas simbólicas diz respeito à comparação com outras formas simbólicas caracterizadas pelas dimensões físicas imponentes, que representam eventos, personagens ou posições em conflito. As dimensões absoluta e relacional da escala associam-se à idéia de poder, e, mais do que isto, à superioridade. A escala, como afirma Marston (2000), é uma construção social, tendo uma nítida conotação política quando se trata de formas

simbólicas.

A escala pode ser também referenciada ao espaço, sendo esta uma visão eminentemente geográfica. As formas simbólicas estão, em muitos casos, associadas a eventos e personagens cujos significados extrapolam a escala local, regional ou nacional, podendo referir-se a eventos e personagens de expressão internacional e global. Nesse sentido, a escala relacional, vista em termos de dimensão física, torna-se plenamente inteligível. As formas simbólicas não são, assim, apenas singulares, mas adquirem um sentido universal. Isto particularmente nos séculos XIX e XX, quando transformações profundas geraram novos valores e práticas, para as quais novas formas simbólicas foram suscitadas. Entre essas transformações estão a expansão imperial, a unificação nacional, a independência política, a ascensão da burguesia e a emergência da classe média e do proletariado, a ascensão e queda de estados totalitários e os conflitos sociais, raciais e religiosos. As formas simbólicas espaciais têm, assim, forte conotação política.

Formas Simbólicas Espaciais e Significados Políticos

As formas simbólicas espaciais são intencionalmente dotadas de um sentido político, constituindo-se em “*mecanismos regulatórios de informações que controlam significados*” (ROWNTREE e CONLEY, 1980:465). São concebidas segundo os seus idealizadores para realizar uma ou mais funções abaixo indicadas:

- i. Glorificar o passado, acentuando alguns aspectos julgados relevantes para o presente e o futuro;
- ii. Reconstruir o passado, conferindo-lhe novos significados. Neste caso, como no anterior, tradições podem ser inventadas, como argumentam Hobsbawm e Ranger (2002);
- iii. Transmitir valores de um grupo como se fossem de todos. Nesse caso estão envolvidas fortes relações de poder;
- iv. Afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social. A identidade nacional tem sido objeto de inúmeras formas simbólicas;
- v. Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de características julgadas positivas;
- vi. Criar “lugares de memória”, cuja função é a de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum (NORA, 1989).

As interpretações a respeito das formas simbólicas espaciais são socialmente produzidas e imersas na vida política em suas múltiplas escalas, tal como, por exemplo, Duncan (1990) evidenciou em seu estudo

sobre as interpretações a respeito da paisagem urbana na capital do reino de Kandy, no Sri Lanka, no primeiro quartel do século XIX. A polivocalidade das formas simbólicas espaciais já foi apontada pelos geógrafos, entre outros Duncan (1990), Duncan e Sharp (1993), Peet (1996) e Atkinson e Cosgrove (1998). Estes últimos reconhecem que uma única e oficial interpretação da história, articulada pelas elites e expressa em formas simbólicas gera, em contrapartida, interpretações populares mais amplamente compartilhadas e que se caracterizam pela contestação e polivocalidade de significados.

Representações sociais de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades, as formas simbólicas espaciais são portadoras de um sentido político, fazendo parte da “*iconografia política da paisagem*” (LEIB, 2002).

Formas Simbólicas Espaciais e Identidade

As formas simbólicas espaciais constituem importantes elementos no processo de criação e manutenção da identidade, seja étnica, racial, social, religiosa ou nacional, seja ainda a identidade de um lugar (RELPH, 1976). Constituem elas geo-símbolos (BONNEMAISON, 2003), marcas identitárias que individualizam uma certa porção do espaço ou um grupo humano.

A toponímia constitui uma forma simbólica que identifica um logradouro público, bairro, cidade, país ou forma da natureza, atribuindo-lhes um significado que pode valorizar ou estigmatizar o próprio objeto. Segundo Azaryahu (1996), e Azaryahu e Golan (2001), nomear um dado local constitui uma forma de apropriação do espaço, impregnando-o de significado associado ao nome, e de poder. A toponímia pode ser vista, em muitos casos, como a resultante da combinação entre linguagem, política territorial e identidade (AZARYAHU e GOLAN, 2001). Os dois mencionados autores exemplificam com a política israelense que hebraizou os nomes de lugares, rios e montanhas de Israel que, até 1948, apresentavam uma toponímia árabe ou referenciada ao cristianismo. Brunet (2001), por sua vez, discute a política do Casaquistão que, após a independência em 1991, desrussificou a toponímia do país, estabelecendo novos nomes ou termos equivalentes, todos na língua casaque.

A toponímia, enquanto forma simbólica com conotação político-territorial e identitária, foi um dos meios pelos quais a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, entre 1755 e 1778, estabeleceu marcas do domínio português na Amazônia. As antigas aldeias indígenas, transformadas em aldeias missionárias, tiveram seus nomes indígenas

alterados, exibindo nomes de povoações portuguesas: Alenquer, Almeirim, Barcelos, Borba, Breves, Ega, Faro, Óbidos, Ourém, Santarém e Soure, entre outras. A identidade lusa dos lugares, alçados à categoria de vilas, é estabelecida pela empresa pombalina, conforme aponta Dias (1970).

As formas simbólicas espaciais vinculadas à identidade religiosa de um grupo específico ou pretensamente de toda uma nação, são numerosas. Neste caso, identidade nacional e identidade religiosa são identificadas como correlatas. A catedral dedicada ao Cristo Salvador em Moscou, inaugurada em 1997, tem o sentido de reafirmar, após o fim da União Soviética, a identidade religiosa do povo russo (SIDOROV, 2000).

A identidade católica do povo brasileiro está representada por diversas formas simbólicas. A mais importante, mais conhecida e um dos símbolos da cidade do Rio de Janeiro, é a gigantesca estátua do Cristo Redentor, localizada no alto do Maciço da Tijuca, na metrópole carioca (GRINBERG, 1999).

Intelectuais católicos, reunidos em torno do Círculo Católico, idealizaram na década de 1920 um monumento como um meio de reafirmar a visão do Brasil como um país católico, a despeito da República ser dominada pelas idéias positivistas e da separação em 1890 entre Estado e Igreja. A forma simbólica escolhida foi uma estátua representando Cristo Rei, uma devoção instituída pelo Papa Pio XI na década de 20. A estátua foi concebida para se localizar em um espaço aberto, em local que, desde a década de 1880, graças a uma pequena ferrovia que subia o Maciço da Tijuca, tornara-se local de lazer para parte da população carioca. Sua localização e escala são meios para que o papel que se esperava da forma simbólica fosse efetivado. A estátua seria vista por toda a cidade. Nas palavras de Grinberg (1999:63), “a estátua tem como pano de fundo a floresta e como cenário a cidade. A estátua é construída numa escala apropriada para tornar-se parte da paisagem da cidade”.

No dia 12 de outubro de 1931 a estátua foi inaugurada. A data é duplamente simbólica, sendo o dia do descobrimento da América e o dia dedicado a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. A inauguração se fez à noite, com a cidade às escuras: da Itália o famoso inventor Marconi ligou as luzes que iluminaram a estátua; vista por toda a cidade.

Trata-se de uma forma simbólica que representa e reafirma a “República Católica” (GRINBERG, 1999). A estátua é um geo-símbolo que identifica a cidade, tornando-se presente no seu cotidiano. “A visão do Cristo como cruz qualifica (...) o território da cidade (ou do país, por extensão, porque símbolo do país) como um território católico” (GRINBERG, 1999: 71).

Símbolo religioso, a estátua do Cristo Redentor está impregnada

de significado político. Segundo Grinberg (1999: 67), o monumento pode ser visto como “parte da política de pressão e cooperação da Igreja Católica sobre o Estado”, visando, por meio de importante forma simbólica, expandir o seu poder sobre um território em relação ao qual nunca foi expressivo, mas que se torna progressivamente forte. Rosendahl e Corrêa (2003), por exemplo, apontam que o número de dioceses e prelazias católicas, unidades de gestão territorial da Igreja, passaram de 19 em 1900 para 80 em 1930, apresentando uma distribuição espacial relativamente mais dispersa. A criação de uma identidade nacional católica seria, assim, um objetivo a ser reafirmado, contribuindo para fortalecer o poder da Igreja.

Formas Simbólicas Espaciais e Reconstrução do Passado

O passado pode ser visto como um texto incompleto, cuja leitura permite, mais do que o presente, interpretações diversas, possibilitando reconstruções adequadas às vicissitudes de cada momento e de cada grupo social. O passado pode ser inventado e re-inventado (LOWENTHAL, 1975). As interpretações sobre o passado e suas reconstruções podem ser expressas de diversos modos, entre eles as formas simbólicas espaciais como estátuas, memoriais e prédios.

A fachada e o interior de um prédio podem ser remodelados, alterando-se a sua iconografia de acordo com a intenção de quem pretende reciclar significados sobre o passado, “apagando” a iconografia cuja intenção era de gerar outra interpretação. Mais do que uma estátua ou memorial, um prédio apresenta uma flexibilidade que permite uma refuncionalização simbólica. Um prédio pode, assim, tornar-se um meio útil para uma política de significados.

O estudo de Till (1999) sobre o palácio Neue Wache, localizado no distrito histórico de Berlim, é um exemplo de forma simbólica remodelada várias vezes para se adequar aos diversos contextos políticos que a Alemanha passou. A cada remodelação tentou-se reconstruir o passado. Construído entre 1816 e 1818 pelo rei Frederick Wilhelm III como uma unidade militar, durante a República de Weimar foi transformado em memorial dos soldados alemães mortos durante a 1ª Guerra Mundial. Sua refuncionalização simbólica traduziu-se na remodelagem de seu interior: um bloco de mármore negro em cujo topo situava-se uma coroa de folhas douradas e prateadas constituía o ponto focal do memorial. Durante o 3º Reich o prédio passa por nova refuncionalização. Sua iconografia dizia respeito a milhares de anos de identidade alemã. Situado em Berlim Oriental após a 2ª Guerra Mundial, o Neue Wache foi novamente

refuncionalizado simbolicamente. Sua iconografia dizia respeito às vítimas do nazismo (TILL, 1999).

Após a reunificação alemã o Neue Wache é novamente reconfigurado e o passado reconstruído. Mas que passado? A refuncionalização simbólica constitui-se em objeto de controvérsias. A iconografia principal é uma estátua de uma mãe com o seu filho morto nos braços, cópia de escultura de Käthe Kollwitz, de 1937. A redefinição iconográfica constitui-se em objeto de debates em torno de três pontos principais: o de identidade nacional, caracterizada por forte tensão; o caráter cristão da iconografia principal, que representa a Pietá de Michelangelo, constituindo-se em ofensa à população não-cristã; e, sobretudo, ao fato do novo memorial ser dedicado aos mortos de todas as guerras, aplainando diferenças entre vítimas e algozes, entre grupos étnicos e religiosos, como se a morte apagasse as diferenças, como se o passado fosse o mesmo para todos.

O Neue Wache constitui-se, assim, em dramático exemplo de reconstruções do passado por meio de formas simbólicas.

Formas Simbólicas Espaciais e o Anúncio do Futuro

O futuro constitui-se em objeto de profunda preocupação por parte daqueles que detêm poder, interessados em reproduzir aquelas condições que garantam a continuidade do poder que desfrutaram, e daqueles que se empenham em construir um futuro diferente do presente. O futuro é, assim, marcado por uma tensão entre permanência e mudança. As formas simbólicas espaciais constituem importante veículo por meio do qual o futuro pode ter a sua concepção comunicada, aprovada ou contestada.

“Daqui podemos ver o que está por vir”. Citando André Breton, o geógrafo Strohmayer (1996: 282) analisa a Feira Universal realizada em Paris em 1937, às vésperas da 2ª Guerra Mundial. A Feira denominava-se “Arte e Tecnologia na Vida Moderna”, exibindo as mais recentes inovações tecnológicas. Assim, grandes empresas como a Philips e Mazda apresentaram a iluminação a néon e a Leica as mais avançadas máquinas fotográficas. A Feira de 1937, como as anteriores, era um evento nitidamente associado à publicidade das inovações industriais. Anunciava assim a chegada do futuro. Mas era muito mais do que isto. Prenunciava também outra face do futuro que em breve emergiria. Este prenúncio era, em parte, expresso em formas simbólicas espaciais.

Na Feira de 1937 estavam em exposição os ideários políticos em confronto. Frente a frente estavam os pavilhões da Alemanha e da União Soviética. Na área ocupada pela primeira, uma torre exibia ao alto uma enorme suástica, enquanto na área destinada à União Soviética, uma

colossal estátua representava a foice e o martelo. A localização dos dois pavilhões, um em frente ao outro, era uma “*poderosa alegoria dos tempos*” (STROHMAYER, 1996:287). O pavilhão da Espanha republicana apresentava o mural de Pablo Picasso, “Guernica”, que indicava o futuro em marcha.

A Feira Universal de Paris, realizada dois anos antes da 2ª Guerra Mundial anunciava dois aspectos cruciais do capitalismo da década de 1930: o começo da expansão da publicidade e do consumo de massa e a devastadora guerra que se aproximava.

À Guisa de Conclusão

As formas simbólicas espaciais estão dispersas pela superfície terrestre, sugerindo a força das representações que os homens constroem a respeito de diversas facetas da vida, envolvendo o passado, o presente e o futuro, as diferenças e a igualdade e o poder, a celebração e a contestação e a memorialização. As formas simbólicas são marcas e matrizes (BERQUE, 1998) presentes na criação e recriação das práticas sócio-espaciais.

Este é um rico campo de investigação para os geógrafos que vivem em países marcados por profundas diferenças e desigualdades que precisam ser afirmadas, re-afirmadas, re-significadas, e justificadas ou contestadas por meios diversos, entre eles as formas simbólicas espaciais.

Resumo Este texto discute o conceito de formas simbólicas espaciais, isto é, representações, materiais ou não, relativas às diversas esferas da vida, que estão espacialmente localizadas ou que perfazem itinerários definidos. Templos, palácios, cemitérios, shopping centers, parques temáticos, paradas e procissões são alguns dos exemplos. No presente texto são discutidas as relações entre formas simbólicas espaciais e identidade, de um lado, a reconstrução do passado e o anúncio do futuro, de outro.

Palavras-chave: Formas simbólicas, espaço, localização, escala, identidade, passado, futuro.

SYMBOLIC FORMS AND SPACE: SOME NOTES

Abstract: This paper discusses the concept of spatial symbolic forms, that is, social representations spatially located as temples, palaces, cemeteries, shopping centers and thematic parks or performing well-defined itineraries, as parades and processions. As examples, in this paper are discussed the relationships among spatial symbolic forms and identity, in one hand, and the process of reconstruction of the past and the announcing of the future, in the other.

Key-words: Symbolic forms, space, location, scale, identity, past, future.

BIBLIOGRAFIA

- ATKINKSON, D. COGROVE, D. 1998. Urban Rhetoric and Embodied Identities: City, Nation and Empire at the Vittorio Emanuele II Monument in Rome, 1870-1945. *Annals of the Association of the American Geographers*, 88 (1), pp. 28-49.
- AZARYAHU, M. 1996. The Power of Commemorative Street Names. *Environment and Planning, D – Society and Space*, 14, pp. 311-330.
- AZARYAHU, M. e GOLAN, A. 2001. (Re)Naming the Ladscape: The Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949-1960. *Journal of Historical Geography*, 27(2), pp. 178-195.
- BERQUE, A. 1998. Paisagem Marca, Paisagem Matriz. Elementos da Problemática para Uma Geografia Cultural. In: Corrêa, R. e Rosendahl, Z. (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- BONNEMAISON, J. 2003. Viagem em Torno do Território. In: Corrêa, R. e Rosendahl, Z. (orgs.) *Geografia Cultural: Um Século (3)*. Rio de Janeiro : EdUERJ.
- BRUNET, R. 2001. Hauts Lieux et Mauvais Lieux du Kazakistan. *L'Espace Géographique*, 30 (1), pp. 37-52.
- DANIELS, S. e COSGROVE, D (orgs) 1988. *Iconography and Ladscape*. Cambridge : Cambridge University Press.
- DIAS, M. N. 1970. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2 vols.
- DUNCAN, J. 1990. *The City as Text. The Politics of Ladscape Interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DUNCAN, N. e SHARP, J.P. 1993. Confronting Representations. *Society and Space*, 11, pp. 473-786.
- EYLES, J. e PEACE, W. 1990. Signs and Symbols in Hamilton – An Iconology of Steeltown. *Geografiska Annaler*, B, 72, (2-3), pp. 73-88.
- GRINBERG, L. 1999. República Católica – Cristo Redentor. In: Knauss, P. (org.) *Cidade Vaidosa*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- HALL, S. 1997. *Representations: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage Publications.
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T. (orgs.) 2002. *A Invenção das Tradições..* São Paulo: Paz e Terra.
- LEIB, J. I. 2002. Separated Times, Shared Spaces: Arthur Ashe, Monument Avenue and the Politics of Richmond, Virginia, Symbolic Landscape. *Cultural Geography*, 9, pp. 286-312.

- LOWENTHAL, D. 1975. Past Time, Present Place Landscape and Memory. *Geographical Review*, 65 (1), pp. 1-36.
- MARSTON, S. A. 2000. The Social Construction of Scale. *Progress in Human Geography*, 24 (2), pp. 219-242.
- NORA, P. 1989. Between Memory and History: "Les Lieux de Memoire". *Representations*, 26(1), pp. 7-25.
- PANOFSKY, E. 2004. Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte na Renascença. In: *Significados das Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva.
- PEET, R. 1996. A Sign Taken for History: Daniel Shays Memorial in Petersham, Massachusetts. *Annals of the Association of American Geographers*, 86(1), pp. 21-43.
- RELPH, E. 1976. *Place and Placelessness*. Londres: Pion.
- ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. 2003. A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil – 1800-1930. *Textos NEPEC nº 1*, UERJ.
- ROWNTREE, J. B. e CONLEY, M. W. 1980. Symbolism and the Cultural Landscape. *Annals of the Association of American Geographers*, 70(3), 1980, pp. 459-479.
- SIDOROV, D. 2000. National Monumentalization and the Politics of Scale: the Resurrections of the Cathedral of Christ the Savior in Moscow. *Annals of the Association of the American Geographers*, 90(3), pp. 548-572.
- STROHMAYER, U. 1996. Pictorial Symbolism in the Age of Innocence: Material Geographies of Paris World Fair of 1937. *Ecumene*, 3, pp. 282-304.
- TILL, K. 1999. Staging the Past: Landscape Designs, Cultural Identity and "Erinnerungspolitik" at Berlin "Neue Wache". *Ecumene*, 6, pp. 251-283.

